



Contas públicas 'Drible' nas regras

## 'Furos' no arcabouço começam mais cedo do que no antigo teto de gastos

Depois da aprovação da nova âncora fiscal, em agosto passado, R\$ 28 bilhões em despesas já foram retirados dos limites de gastos vigentes em 2023 e 2024

DANIEL WETERMAN  
BIANCA LIMA  
BRASÍLIA

Recentes movimentos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Congresso Nacional mostram que o arcabouço fiscal repete "dribles" feitos durante a vigência do antigo teto de gastos, mas de forma mais rápida – segundo especialistas, colocando em risco a credibilidade da nova regra para controle das contas públicas. Aprovado em 2016, por iniciativa do ex-presidente Michel Temer, o antigo teto só sofreu as

primeiras alterações em 2019, três anos depois, com a retirada de repasses do pré-sal para Estados e municípios do limite e a capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). Já o novo arcabouço sofreu mudanças antes mesmo de completar um ano.

A mais recente foi a aprovação, pela Câmara, de uma proposta para antecipar R\$ 15,7 bilhões em despesas extras no Orçamento de 2024, dando poder a Lula para, via decreto, definir livremente a destinação do dinheiro.

Mas, antes mesmo dessa antecipação, que dribla o arcabouço, "furos" nos limites

de gastos já somavam R\$ 28 bilhões desde a aprovação da nova âncora fiscal, em agosto do ano passado. Entram nessa conta R\$ 17,7 bilhões de

**Avaliação**  
Segundo especialistas,  
mudanças colocam em  
xeque credibilidade  
do novo sistema

repasses a Estados e municípios para compensar perdas de arrecadação (que devem chegar a R\$ 27 bilhões até 2025); R\$ 6 bilhões do progra-

ma Pé-de-Meia (poupança para estudantes do ensino médio); e R\$ 4,3 bilhões do Ministério da Saúde negociados no fim do ano passado em troca da aprovação da agenda econômica apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A maior parte dessas despesas foi incluída ainda no Orçamento de 2023, antes da vigência do novo limite de gastos estabelecido pelo arcabouço, mas foi aprovada após a sanção da lei fiscal e desviou do teto mantido naquele ano por determinação do próprio arcabouço. A nova regra estabele-

ceu que o limite do antigo teto valeria até o fim de 2023, como uma espécie de transição.

No caso das transferências a Estados e municípios, por exemplo, elas só deveriam começar em 2024, mas houve uma antecipação para pagar R\$ 15 bilhões ainda em 2023 e o restante foi incluído no Orçamento deste ano – em ambos os casos, fora dos limites de despesas.

"O arcabouço já morreu. Já foi modificado tantas vezes", afirma Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão atrelado ao Senado Federal. O economista Marcos Mendes, um dos criadores do teto de gastos, também vê um processo de corrosão do arcabouço fiscal (mais informações na pág. B2).

Procurados, o Ministério da Fazenda e o Tesouro Nacional não se pronunciaram até a noite de ontem. Já o Ministério do Planejamento e Orçamento disse que não se manifestaria. ●

GASTOS FORA DO LIMITE DO ARCABOUÇO  
PODEM AUMENTAR AINDA MAIS. PÁG. B2

## LEILÃO DE VEÍCULOS

15/04 (SEGUNDA) ÀS 9H30 – SOMENTE ONLINE



CHEVROLET TRACKER T A LT 23/23 (ORIGEM: SEGURO, PEQ. MONTA)



IPVA 2024 PAGO

RENAULT FLUENCE DYN PL 16/17 (ORIGEM: FROTA)



VOLKSWAGEN FUSCA 1200 66/66 (ORIGEM: FROTA)



TOYOTA HILUX CDGRSA4ND 23/24 (ORIGEM: SEGURO, MÉDIA MONTA)



BMW R1200 GS 17/17 (ORIGEM: SEGURO, PEQ. MONTA)

ESTAS E OUTRAS  
OPORTUNIDADES  
IMPERDÍVEIS!



SODRESANTORO  
SODRESANTORO  
LEILAOSODRESANTORO  
(11) 2484-6464  
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO  
45 anos

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192  
Luiz Alexandre Maletieri, preposto em exercício